

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. BIRA DO PINDARÉ)

Altera a Lei nº 9.472, de 1997, para instituir o direito à portabilidade de contratos aos usuários de telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração.

“Art. 3º

.....

XIII – de requisitar portabilidade de seu contrato a outra prestadora do mesmo serviço, nos termos da regulamentação.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A portabilidade numérica foi um grande avanço no mercado de telecomunicações brasileiro. Com ela, podemos migrar mais facilmente de prestadora de telefonia fixa ou móvel sem perda do número telefônico. O sucesso foi tanto que desde o seu início em 2008, já houve mais de 80 milhões de pedidos de portabilidade¹.

Essa facilidade não tem apenas a vantagem de seguirmos com o número telefônico, ela também permite quebrar o vínculo com a prestadora de maneira mais descomplicada. Isso porque, para realizar a portabilidade, só

¹ Fonte: <https://www.abrtelecom.com.br/numeros-portabilidade/total-uf> (consulta em 09/04/2021)
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bira do Pindaré
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210850928600>



é preciso ir à nova prestadora e solicitá-la, evitando-se a grande dificuldade de cancelar o contrato.

Quando o usuário quer cancelar seu contrato, na maioria das vezes, é porque a relação já está desgastada, e a interação com a prestadora fica cada vez mais penosa. Desta forma, a portabilidade é uma maneira de encerrar o contrato com menos dissabores. Além disso, esse mecanismo permite que o intervalo entre o cancelamento de um contrato e o início do próximo seja minimizado, reduzindo o problema da descontinuidade do serviço ou a necessidade de se manter dois contratos ativos simultaneamente.

No entanto, a portabilidade só está disponível para a telefonia móvel e para a telefonia fixa, serviços de telecomunicações que usam numeração. Outros serviços, como banda larga fixa e o serviço de TV por assinatura, não contam com essa facilidade tão útil aos usuários.

O intuito deste projeto de lei é justamente esse, que a portabilidade seja possível para os usuários de todos os serviços de telecomunicações. Para isso, a portabilidade não pode mais ser somente numérica, tem que ser uma portabilidade de contratos.

Apesar da simplicidade da mudança legal exposta acima e do conceito, sua implementação certamente não é algo trivial. Ela exigirá maiores detalhamentos, assim como houve na portabilidade numérica, regida por um regulamento inteiro da Anatel². Por esse motivo, prevemos um prazo para que esses detalhamentos sejam estabelecidos e que os ajustes operacionais possam ser colocados em prática pelas prestadoras.

Assim, estou convicto de que a instituição do direito da portabilidade de contratos trará uma nova dinâmica para o relacionamento entre prestadoras e seus usuários, resultando em benefício para a competição entre as operadoras e para a satisfação dos consumidores.

Pelas razões expostas, rogamos aos nobres pares a aprovação desta proposição.

² Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/22-2007/8-resolucao-460>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bira do Pindaré
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210850928600>



Sala das Sessões, em 23 de abril de 2021.

Deputado BIRA DO PINDARÉ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bira do Pindaré
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210850928600>

